

# RMC é referência nacional para iniciativa de resiliência

Programa estimula movimentos para prevenir desastres climáticos

Carlos Bassan/Prfeitura de Campinas

A atuação do Centro de Resiliência a Desastres de Campinas (CRDC) vem projetando a Região Metropolitana de Campinas como a principal referência brasileira na formação de municípios dentro da iniciativa global “Construindo Cidades Resilientes 2030” (MCR2030). Inspirado na experiência campineira, o movimento fortalece políticas públicas voltadas à redução de riscos e à adaptação às mudanças climáticas.

## Região conectada

Coordenado pelo Escritório das Nações Unidas para a Redução de Riscos de Desastres (UNDRR), o programa estimula parcerias, troca de conhecimento e cooperação técnica entre cidades. O Brasil ocupa posição de destaque no cenário internacional, com 404 municípios participantes, o maior número do mundo entre as 1.906 cidades inscritas. Na Região Metropolitana de Campinas, os 20 municípios aderiram à iniciativa, enquanto o estado de São Paulo concentra cerca de 55% dos participantes nacionais.

Segundo Sidnei Furtado, coordenador regional e diretor da Defesa Civil, o CRDC atua além dos limites municipais. A proposta é criar uma rede de colaboração. “Os desastres não respeitam fronteiras. Cada cidade capacitada amplia a proteção de todo o sistema”, afirma.



Iniciativa fortalece a cooperação regional e amplia ações de adaptação a desastres

A experiência campineira também vem sendo replicada em outras regiões do país, como Mato Grosso, Rio Grande do Norte, e Minas Gerais. Entre as principais ferramentas utilizadas está o Scorecard de Resiliência, método de autoavaliação que ajuda gestores a diagnosticar fragilidades, aprimorar políticas públicas e direcionar investimentos.

Na Região Metropolitana de Campinas, o CRDC coordena a aplicação do Scorecard Metropolitano, iniciativa que amplia a capacidade de resposta regional a eventos extremos de forma articulada. O modelo oferece um percurso estruturado, da sen-

sibilização à execução de ações práticas, além de conectar os municípios a uma rede global de especialistas.

## Aplicação intersetorial

Em Campinas, a ferramenta já foi aplicada em áreas como saúde, sistemas alimentares e inclusão de pessoas com deficiência. Entre os resultados estão ações de “saúde única”, materiais acessíveis para situações de emergência e a ampliação de serviços em Libras. Ao todo, foram mapeados 92 projetos, sendo 62 em andamento e 30 concluídos.

Reconhecido em 2022 como o primeiro hub de resiliência do

país, o CRDC acumula avanços como a redução de áreas de risco, integração entre órgãos municipais, realização de simulados, capacitação comunitária e uso de tecnologias para monitoramento climático.

Para o UNDRR, a experiência brasileira, liderada por Campinas e região, contribui para o fortalecimento das políticas nacionais de adaptação e resiliência urbana. De acordo com Luis Burón-Barahona, a cidade atua como mentora, disseminando conhecimento e apoiando outros municípios, o que torna o instrumento eficaz em escala local, estadual e nacional.

## Procon revela as empresas reclamadas em Indaiatuba

Com o objetivo de ampliar a transparência e orientar a população, o Procon de Indaiatuba tornou público o Relatório Anual das empresas mais reclamadas no município em 2025. O documento reúne dados oficiais obtidos a partir das atribuições previstas no Código de Defesa do Consumidor e apresenta um panorama das demandas registradas ao longo do ano.

De acordo com o levantamento, os maiores índices de reclamações envolvem empresas de telefonia, bancos, concessionárias de serviços essenciais e grandes redes do varejo. A operadora Claro aparece no topo do ranking, com 79 registros, seguida pela Telefônica, com 66 reclamações, e pelo Banco BMG, que contabilizou 35 ocorrências. Também constam na lista nomes como Casas Bahia (Via Varejo), Banco Itaú, Comgás, CPFL, TIM Celular, Banco Mercantil, Bradesco, Santander e Agibank.

## Dados consolidados

O relatório detalha a situação de cada reclamação, classificando-as como atendidas, não atendidas ou em andamento. A iniciativa permite ao consumidor avaliar o comportamento das empresas e tomar decisões mais informadas na hora da contratação de produtos ou serviços. Em 2025, o Procon Indaiatuba promoveu 648 audiências de conciliação e realizou 4.431 atendimentos, números que evidenciam a atuação ativa do órgão na mediação de conflitos e na defesa dos direitos do consumidor.

Segundo o Procon, a divulgação do material tem caráter educativo e preventivo, além de estimular as empresas a aperfeiçoarem seus processos e práticas comerciais. O órgão reforça que o registro das reclamações é fundamental para identificar problemas recorrentes, viabilizar soluções e garantir maior equilíbrio nas relações de consumo.

O atendimento ao público segue disponível para orientações. Os consumidores podem procurar o Procon pelo telefone (19) 3816-9254, pelo e-mail juridico.procon@indaiatuba.sp.gov.br ou presencialmente no Ponto Cidadão, localizado na rua Vinte e Quatro de Maio, 1670, de segunda a sexta-feira, das 8h às 17h.

# Justiça autoriza perícia em dispositivos suspeitos da Área Azul de Americana

Prefeitura de Americana



Decisão analisa possível irregularidade no serviço

A Justiça de Americana atendeu a um pedido da Prefeitura e autorizou a produção antecipada de provas por meio de perícia judicial envolvendo equipamentos da Estapar, concessionária responsável pelo estacionamento rotativo no município. A medida inclui a análise de um veículo equipado com câmeras, além de celulares, computadores e bancos de dados da empresa. Apesar da decisão, a cobrança da Área Azul segue válida por força de determinação do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP).

A decisão liminar proferida pelo juiz Rodrigo de Castro Carvalho, acolhe solicitação feita pela administração municipal em dezembro. O objetivo é apurar possíveis irregularidades na execução do contrato, já apontadas

por uma comissão criada pela Prefeitura em junho de 2025.

## Perda de provas

A apuração ganhou força após a circulação de um vídeo nas redes sociais que mostra um carro com câmeras transitando pela região

central, supostamente realizando fiscalização da Área Azul. A prática, segundo a Prefeitura, pode violar cláusula contratual que proíbe o uso de veículos para esse fim. Diante disso, o município solicitou urgência na coleta das provas,

argumentando que dados digitais podem ser apagados ou manipulados. Na decisão, o magistrado destacou que informações digitais, logs de sistema e dados financeiros podem se perder com o tempo ou sofrer alterações, o que justifica a antecipação da prova pericial.

## Cobrança mantida

Mesmo com a investigação em curso, a cobrança do estacionamento rotativo permanece em vigor. Inicialmente, o prefeito Chico Sardelli havia determinado a suspensão do serviço, mas o Judiciário derrubou a medida e autorizou a continuidade da operação pela Estapar. Assim, o contrato segue válido até a conclusão da análise judicial, e os motoristas devem continuar utilizando parquímetros ou aplicativo para regularizar o uso das vagas.